



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

Memorando – 0116/2019– GSHCST

Em 15 de outubro de 2019

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para requerer a juntada de notas da Associação dos Profissionais de Salvamento Aquático de Santa Catarina e da União dos Salva-vidas/guarda-vidas de Alagoas ao Projeto de Lei da Câmara nº. 42, de 2013, que “Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.”, de autoria do Deputado Nelson Pellegrino.

Atenciosamente,


Senador HUMBERTO COSTA

Recebido em 15 / 10 / 19
Nome: Mcobra
Matrícula: 268651
Hora: 15h45

A Sua Excelência a Senhora
SENADORA SIMONE TEBET
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ
Coordenação de Comissões Permanentes do Senado Federal
Anexo 2 – Ala Senador Alexandre Costa, sala 5
70165-900 – Brasília – DF





ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SALVAMENTO AQUÁTICO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 20.006.510/0001-83

OFÍCIO N.º 05/19

Florianópolis, 12 de setembro de 2019.

A Excelentíssima Sr. Senador Humberto Costa, relator do PLC 42/2013.

**Assunto: Solicitação de apensamento a tramitação do plc 42/2013,
Termo de Requerimento de Solicitação de Providencias.**

Termo de Requerimento de Solicitação de Providencias.

Cumprimentado cordialmente, APSASC- Associação dos Profissionais de Salvamento Aquático de Santa Catarina, assim servindo do presente com designo de solicitar gentilmente para através de sua influencia interceder ao **PLC 42/2014**.

Nossa entidade formada por Salva Vidas Civis, associados provenientes de todas as regiões do Estado de Santa Catarina, na qual, atuam prevenindo, salvando e protegendo vidas em praias, rios, lagos, represas, parques e piscinas de uso coletivo. Estamos a acompanhar, tramitação do **PLC 42/2013**, na qual regulamenta o exercício de nossa profissão. Tendo em vista suma importância de tal matéria, sua tramitação segue na CCJ.

Aprovada na CDR, onde, através do parecer de N° 26, 2019, foram incorporados os arts. **3º e 4º**, de matéria estranha à regulamentação profissional, pois tratam de regras específicas de segurança para ambientes aquáticos.

Regras das quais, já tramitam apensadas a outras proposições (PLCs 71/2014 e 48/2014) estas inclusive, já teriam sido desmembradas da proposta de regulamentação da profissão, e sendo o PLC 71/2014, já aprovado pelo Senado Federal e remetido à Câmara de Deputados.

Logo solicita-se. gentilmente, suprimir os arts de nº **3º e 4º** do texto, por entender-se que não são de cunho regulamentário profissional, ainda atendo-se ao fato de já possuírem suas alíneas contempladas em outro projeto, este, possuidor de titulo e matéria relacionada para os devidos fins e já aprovado no Senado, como elencado acima.



. Do mesmo modo, o parecer de Nº 26, 2019, incorporou na matéria, os artigos de nº 6º e 8º do PLC 42/2013, uma indevida alusão de que o Salva Vidas Civil, seja fiscalizado pelos Corpos de Bombeiros Militares, sendo que referido órgão de fiscalização deve ser delegado por competência da União, tampouco é aplausível sua criação ou delegação mediante projeto de Lei do Legislativo.

. Tendo ciência do art. 5º, inciso XIII, da Constituição da República, sabe-se que é assegurado o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas às qualificações profissionais que a lei estabelecer.

. Onde por força do art. 21º, XXIV, da Constituição, cabe à União cuidar da inspeção do trabalho, o que inclui o poder-dever de fiscalizar o exercício de profissões, em especial aquelas cujo exercício demandem o atendimento de condições fixadas por lei federal. Por conseguinte, compete à União legislar a respeito do exercício de profissões, assim como fiscalizar o cumprimento da legislação que estabeleça condições para o exercício de atividades profissionais.

Isso porque a interpretação conjugada dos artigos 5º, XVII, 21, XXIV, 70, parágrafo único, 149 e 175 da Constituição Federal, leva à conclusão, no sentido da indelegabilidade, a uma entidade privada, de atividade típica do Estado, que abrange até poder de polícia, de atribuir e punir, no que concerne ao exercício de atividades profissionais regulamentadas, como ocorre com os artigos 6º e 8º do PLC 42/2013 gerando assim vício, prejudicando tal projeto de lei. Deste modo, impetramos a V.S. Excelência, a apreciação quanto à inconstitucionalidade de tais artigos nº 6º e 8º e de modo a serem redigidos de acordo com a Constituição.

. Para tal logo seria de muita felicidade e enorme utilidade poder contar com Vossa Excelência, nesta nobre missão dos Salva Vidas. Através do exposto elencado acima, contribuindo para salvar inúmeras vidas, de forma a regulamentar precisamente a organização e fomentação dos serviço de salvamento aquático em nosso Estado de Santa Catarina, assim como nos demais entes da nação.

CONCLUSÃO

Logo, o desejo de nossa nobre categoria, vem por meio deste termo solicitar apoio para supressão dos arts nº 3º e 4º, por entender-se que não são de cunho regulamentário profissional, ainda atendo-se ao fato de já possuírem suas alíneas contempladas em outro projeto, este, já aprovado no Senado, possuidor de título e matéria relacionada para os devidos fins, ainda apurar quanto à inconstitucionalidade dos artigos nº 6º e 8º de modo a serem redigidos de forma correta, em comunhão com a Constituição, delegando a União quanto competência de fiscalização do exercício profissional.

Sendo o que tínhamos para o momento, cientes de vossa costumeira atenção, agradecemos ao tempo que nos colocamos ao dispor para eventuais.

Cordialmente;

Presidente APSASC
Pérsio Nóbrega



APSASC – ASSOCIAÇÃO DOS PROFISIONAIS DE SALVAMENTO AQUATICO DE SANTA CATARINA

Av. Prefeito Acácio Garibaldi Thiago s/n – CEP: 88062-600 – Praia da Joaquina – Florianópolis – SC
Fone: 0xx48 – 3237-3555 – 9 9633-7918/ Email: apsasc@outlook.com



Segue projeto substitutivo ao PLC 42/2013

Estão ~~grifados~~, artigos sugeridos a serem suprimidos de acordo com APSASC;

Estão **marcado em amarelo**, artigos reescritos ou introduzidos, de acordo com APSASC.

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Salva-vidas ou Guarda-vidas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

~~Art. 1º Guarda-vidas são profissionais qualificados, habilitados e aptos a desempenhar funções de vigilância, salvamento em meio aquático, socorros e assistência a banhistas, cuja complexidade e conhecimento exigem requisitos especificados por esta Lei.~~

Art. 1º Salva-vidas ou Guarda-vidas são profissionais aptos a desempenhar práticas preventivas, de resgate e salvamentos relativos à ocorrências de sinistros em ambientes aquáticos de qualquer natureza, divididos em três especialidades.

I- Salva-vidas ou Guarda-vidas de águas abertas (mar);

II- Salva-vidas ou Guarda-vidas de Piscina e brinquedos aquáticos;

III- Salva-vidas ou Guarda-vidas de águas internas (rios, lagos, balneários, barragens e temáticos);

Art. 2º A profissão de salva vidas /guarda-vidas somente pode ser exercida por pessoas que atendam aos seguintes requisitos:

I - ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;

II - gozar de plena saúde física e mental;

III - ter ensino médio completo;

IV - nadar 100 m (cem metros) em até 1min20s, 200 m (duzentos metros) em até 3min30s, e 1.000 m (mil metros) em 30min;

V - ser aprovado em curso profissionalizante específico com carga mínima de 160 (cento e sessenta) horas-aula.

Parágrafo único. É garantido o exercício da profissão de guarda-vidas aos profissionais que já exerçam na data da entrada em vigor desta Lei.



~~Art. 3º Nas embarcações utilizadas como transporte coletivo de passageiros, inclusive de turismo, pelo menos 1 (um) dos tripulantes deve estar habilitado como guarda-vidas.~~

~~Parágrafo único. O descumprimento do previsto neste artigo sujeita o infrator a multa, sendo aplicada, na reincidência, pena de interdição temporária de suas atividades por até 60 (sessenta) dias.~~

~~Art. 4º É obrigatória a presença de guarda-vidas, durante os horários de uso de piscinas públicas e coletivas, assim entendidas, as utilizadas em clubes, condomínios, escolas, associações, meios de hospedagem e parques, públicos ou privados, observada a presença:~~
~~I — de 1 (um) guarda-vidas durante todo o período de funcionamento em:~~

~~_____ a) piscinas com plano de água de até 350 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados);~~

~~_____ b) piscinas com plano de água, cuja somatória seja até 350 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados), desde que a separação entre os tanques ou a forma dos mesmos permitam uma vigilância eficaz;~~

~~_____ c) qualquer piscina de água em movimento (correnteza ou ondas) com área espelhada até 200 m² (duzentos metros quadrados);~~

~~II — de, pelo menos, 2 (dois) guarda-vidas em:~~

~~_____ a) piscinas com área espelhada superior a 350 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados) ou impossibilidade de vigilância eficaz;~~

~~_____ b) piscinas com água em movimento (correnteza ou ondas), quando ultrapassar 200 m² (duzentos metros quadrados) de área espelhada.~~

~~§ 1º Nas piscinas coletivas localizadas em condomínios, meios de hospedagem, academias e escolas, com plano de água inferior a 100 m² (cem metros quadrados), não haverá obrigatoriedade de contratação de guarda-vidas, devendo dispor, no horário de funcionamento, de, no mínimo, um funcionário por piscina com o curso de emergências aquáticas e informativo com os seguintes dizeres: “Não há guarda-vidas presente nesta piscina: é proibida a entrada de crianças menores de 12 anos desacompanhadas dos pais ou responsáveis”.~~

~~§ 2º Nos parques aquáticos que possuírem piscinas com sistema artificial de produção de ondas, haverá a presença de um operador habilitado para interromper de imediato seu funcionamento, em caso de emergência.~~

~~§ 3º Nas piscinas que possuírem brinquedos do tipo escorregador e similares com altura superior a 5 m (cinco metros), haverá, além do (s) guarda-vidas, 1 (um) monitor para auxiliar os usuários dos respectivos equipamentos, que devem ter escadas de acesso com corrimão e grades de proteção.~~

~~§ 4º As piscinas classificadas como residenciais ficam excluídas das exigências de guarda-vidas, desde que não sejam utilizadas como piscinas de uso coletivo.~~

~~§ 5º As piscinas de até 350 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados) classificadas como coletivas em academias, clubes de natação e com fins terapêuticos ficam excluídas da exigência de guarda-vidas, desde que os professores, fisioterapeutas ou instrutores de esportes aquáticos sejam devidamente capacitados com o curso de emergências aquáticas, sendo responsáveis exclusivamente por suas turmas, e que na referida piscina não haja nado livre ou recreativo ocorrendo paralelamente à atividade, devendose exigir a presença de um guarda-vidas se a área da piscina for maior que 350 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados).~~

~~§ 6º As piscinas com área espelhadas superiores a 350 m²~~

~~(trezentos e cinquenta metros quadrados) devem possuir cadeira de observação que permita uma adequada visualização do espaço aquático.~~

~~§ 7º O descumprimento do previsto neste artigo sujeita o infrator a advertência, multa e interdição até a regularização da causa da penalidade.~~

~~Art. 5º As empresas proprietárias ou os donos de embarcações de que trata o art. 3º e os representantes legais das entidades elencadas no art. 4º têm prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta Lei, para se adequarem ao previsto nos referidos artigos.~~

Art. 3º A contratação dos serviços de salvamento aquático é de responsabilidade do administrador, proprietário ou não, do estabelecimento que possuir piscina ou qualquer ambiente aquático com acesso facultado ao público.

§ 1º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de ambientes aquáticos de acordo com suas especialidades.

§ 2º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de eventos recreativos e esportivos em ambientes aquáticos.

~~Art. 6º São responsáveis pela habilitação dos guarda-vidas instituições devidamente credenciadas pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados ou do Distrito Federal.~~

Art. 4º Aplicam-se aos **Salva Vidas**/ Guarda-vidas os seguintes direitos:

— I — identificação e uso de uniformes no seu local de trabalho;

I – Identificação e uso de uniformes adequados a exposição a fatores do tempo no seu local de trabalho equipamentos de proteção individual (EPI), e materiais de primeiros socorros (EPC), de acordo com os riscos inerentes a atividade e sua exposição,

II - jornada máxima de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

III - adicional de insalubridade, exclusivamente para aqueles que, no desempenho de suas funções, se exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

IV – Aposentadoria especial exclusivamente para os Salva-vidas/Guarda-vidas que, no desempenho de suas funções, se exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

V– Seguro de vida e acidentes em favor do Salva-vidas/Guarda-vidas cuja apólice compreenderá indenizações por morte ou invalidez permanente e ressarcimento de todas as despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou doenças ocupacionais que este vier a sofrer no interstício de sua jornada laboral, independente da duração da eventual internação, dos medicamentos e terapias que assim se fizeram necessários.

Parágrafo único. São aplicáveis à determinação e ao pagamento do adicional disposto no inciso III os artigos 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196 e 197 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.”

Art. 5º Legislação específica disciplinará sobre o piso salarial dos Salva-vidas/Guarda-vidas.

Art. 6º Esta lei aplica-se a todos os civis profissionais de salvamento aquático mesmo aos que já atuam como Salva-vidas/Guarda-vidas.

~~Art. 8º A fiscalização do cumprimento desta Lei cabe aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados ou do Distrito Federal.~~

Art. 7º A fiscalização do cumprimento desta Lei cabe à autoridade federal competente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



DEFINIMOS ABAIXO, PROPOSTA DE SUBSTITUTIVO AO PLC 43/2013:

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Salva-vidas ou Guarda-vidas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Salva-vidas ou Guarda-vidas são profissionais aptos a desempenhar práticas preventivas, de resgate e salvamentos relativos à ocorrências de sinistros em ambientes aquáticos de qualquer natureza, divididos em três especialidades:

- I- Salva-vidas ou Guarda-vidas de águas abertas (mar);
- II- Salva-vidas ou Guarda-vidas de Piscina e brinquedos aquáticos;
- III- Salva-vidas ou Guarda-vidas de águas internas (rios, lagos, balneários, barragens e temáticos);

Art. 2º A profissão de salva vidas /guarda-vidas somente pode ser exercida por pessoas que atendam aos seguintes requisitos:

- I - ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;
- II - gozar de plena saúde física e mental;
- III - ter ensino médio completo;
- IV - nadar 100 m (cem metros) em até 1min20s, 200 m (duzentos metros) em até 3min30s, e 1.000 m (mil metros) em 30min;
- V - ser aprovado em curso profissionalizante específico com carga mínima de 160 (cento e sessenta) horas-aula.

Parágrafo único. É garantido o exercício da profissão de guarda-vidas aos profissionais que já exerçam na data da entrada em vigor desta Lei.

Art. 3º A contratação dos serviços de salvamento aquático é de responsabilidade do administrador, proprietário ou não, do estabelecimento que possuir piscina ou qualquer ambiente aquático com acesso facultado ao público.

§ 1º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de ambientes aquáticos de acordo com suas especialidades.

§2º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de eventos recreativos e esportivos em ambientes aquáticos.

I – Identificação e uso de uniformes adequados a exposição a fatores do tempo no seu local de trabalho equipamentos de proteção individual (EPI), e materiais de primeiros socorros (EPC), de acordo com os riscos inerentes a atividade e sua exposição,

II - jornada máxima de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;

III - adicional de insalubridade, exclusivamente para aqueles que, no desempenho de suas funções, se exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

IV – Aposentadoria especial exclusivamente para os Salva-vidas/Guarda-vidas que, no desempenho de suas funções, se exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

V– Seguro de vida e acidentes em favor do Salva-vidas/Guarda-vidas cuja a apólice compreenderá indenizações por morte ou invalidez permanente e ressarcimento de todas as despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou doenças ocupacionais que este vier a sofrer no interstício de sua jornada laboral, independente da duração da eventual internação, dos medicamentos e terapias que assim se fizeram necessários.

Parágrafo único. São aplicáveis à determinação e ao pagamento do adicional disposto no inciso III os artigos 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196 e 197 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.”

Art. 5º Legislação específica disciplinará sobre o piso salarial dos Salva-vidas/Guarda-vidas.

Art. 6º Esta lei aplica-se a todos os civis profissionais de salvamento aquático mesmo aos que já atuam como Salva-vidas/Guarda-vidas.

Art. 7º A fiscalização do cumprimento desta Lei cabe à autoridade federal competente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





UNIÃO DOS SALVA-VIDAS/GUARDA-VIDAS DE ALAGOAS
RESIDENCIAL DENISSOM AMORIM, QUADRA 13, CASA 12, CEP: 57160.000
MARECHAL DEODORO – FONE: (82)-98809-7668

Marechal Deodoro/AL, 13 de setembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor
HUMBERTO COSTA
Senador – Relator do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013.
Senado Federal - Brasília - DF

PEDIDO DE APOIO E PROVIDÊNCIAS
(PLC 42/2013)

Excelentíssimo Senador,

Honrado em cumprimentá-lo, a União dos Salva-Vidas/Guarda-Vidas de Alagoas, através do seu presidente **Luciano Rodrigues Apinagés Targino**, portador da cédula de identidade nº 30556171-SSP/AL, CPF nº 069.548.504-03, vêm através deste documento manifestar nosso descontentamento e preocupação com andamento da **regulamentação da profissão de Salva-Vidas/Guarda-Vidas Civis**.

Considerando a necessidade de mudanças, vimos por meio deste documento, solicitar a V.Ex.^a apoio e providências em relação ao **PLC 42/2013**.

Desta vez, o relatório aprovado na CDR no dia 04/09 desfigura todo o projeto de lei que já tramita no senado há 6 longos anos e **traz consigo inconstitucionalidades dentre outros problemas técnicos**. Mas o principal problema **trata-se da inconstitucionalidade frente a competência de fiscalização**, que por pressão de militares reunidos em sociedade privada tem interesses alheios a regulamentação profissional dos salva-vidas, que são profissionais civis e nada devem ter em comum com o regime militar de trabalho conforme a nossa constituição.

DA COMPETÊNCIA

Em seu art. 5º, inciso XIII, a Constituição da República assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

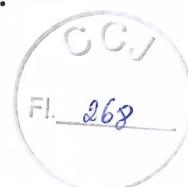
A competência legislativa para estabelecer normas relativas às condições para o exercício de profissões foi atribuída à União, conforme dispõe o inciso XVI do art. 22 da Carta de 1988.

Por força do art. 21, XXIV, da Constituição, também cabe à União cuidar da inspeção do trabalho, o que inclui o poder-dever de fiscalizar o exercício de profissões, em especial aquelas cujo exercício demanda o atendimento de condições fixadas por lei federal.

Pelo exposto não é possível recepcionar em lei os artigos 6º e 8º que foram criados em texto substituto aprovado na CDR. Isso fere a Constituição Federal além de não ser prerrogativa de nenhuma instituição de Corpo de Bombeiros Militares.

Art. 6º São responsáveis pela habilitação dos guarda-vidas instituições devidamente credenciadas pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados ou do Distrito Federal.

Art. 8º A fiscalização do cumprimento desta Lei cabe aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados ou do Distrito Federal.





UNIÃO DOS SALVA-VIDAS/GUARDA-VIDAS DE ALAGOAS
RESIDENCIAL DENISSOM AMORIM, QUADRA 13, CASA 12, CEP: 57160.000
MARECHAL DEODORO – FONE: (82)-98809-7668

A Fiscalização desta lei cabe a UNIÃO.

Além deste grave problema temos que expor também que o projeto tramitava apensado a outras proposições e que teria sido desmembrado das propostas regulamentação de segurança para ambientes aquáticos (PLCs 71/2014 e 48/2014) e sendo o **PLC 71/2014 já aprovado pelo Senado Federal e remetido à Câmara de Deputados**, onde tramita a revisão das alterações feitas pelo Senado Federal, sendo os artigos 3º e 4º matéria estranha a regulamentação da profissão de salva-vidas, pois tratam de regras de segurança para ambientes aquáticos.

Para tal substituição fora negociado um artigo de previsão desta lei:

Art 4º- A contratação dos serviços de salvamento aquático é de responsabilidade do administrador, proprietário ou não, do estabelecimento que possuir piscina ou qualquer parque aquático com acesso facultado ao público.

§ 1º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de ambientes aquáticos.

§2º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de eventos recreativos e esportivos em ambientes aquáticos.

A previsão de lei específica afasta diversas controvérsias que não tem relação com a regulamentação da profissão de salva-vidas. E estaria em perfeita consonância com a proposta de lei aprovada pelo senado (Plc 71/2014) que hoje tramita na Câmara (PL 1162/2007)

Frente ao exposto requer providências adotadas no sentido de impedir tais vícios persistam no projeto de lei que já toma tanto tempo, dinheiro e energia do Congresso Federal e entidades interessadas de classe ligadas ao salvamento aquático.

Certo de poder contar com sua valiosa colaboração e apoio, renovo meus protestos de estima e distinta consideração.

Maceió/AL, 13 de setembro de 2019.





UNIÃO DOS SALVA-VIDAS/GUARDA-VIDAS DE ALAGOAS
RESIDENCIAL DENISSOM AMORIM, QUADRA 13, CASA 12, CEP: 57160.000
MARECHAL DEODORO – FONE: (82)-98809-7668

A seguir, em anexo, nossas considerações sobre o projeto de lei na sua íntegra e nossa proposta para o texto:

Considerações sobre texto apresentado para a regulamentação da profissão de salva-vidas

A profissão de salva-vidas já é amplamente conhecida e não precisa de reconhecimento pois está reconhecida na cultura popular inclusive através da Música Popular Brasileira como na canção '*Salva-vida*' do famoso cantor e compositor Caetano Veloso. Atividade bem conhecida em todo território nacional. Segundo a **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)** são trabalhadores nos serviços de proteção e segurança (CBO 517) do subgrupo Bombeiros e salva-vidas (CBO 5171) que agrega Bombeiros de aeródromo (CBO 5171-05), Bombeiros civis (CBO 5171-10) e, Salva-vidas (CBO 5171-

15) a qual tem em seu registro os sinônimos Guarda-vidas e também Salva-surf. Por estes motivos, a nomenclatura salva-vidas é mais antiga e mais difundida e conhecida pela nossa população além de ser atividade já presente na Classificação Brasileira de Ocupações do ministério do trabalho. Havendo de permanecer apenas uma a nomenclatura salva-vidas deva ser a escolhida.

O **Art. 1º** da proposta substitutiva visa definir o que são os profissionais salva-vidas, onde atuam e ainda referente a atividade destes profissionais e levando em consideração as especificidades de cada área de atuação. Vem definir especialidades. Inclusive por existir a necessidade de formação específica para diferentes situações de trabalho a quais estão submetidos. A atividade difere muito com relação ao meio ambiente de trabalho. Por este motivo defendemos a separação por especialidades em três especializações: **Piscinas e brinquedos aquáticos, águas abertas, águas internas.**

O **Art. 2º** vem delimitar os requisitos para ingresso na profissão bem como fixar requisitos mínimos na formação profissional da categoria. O projeto defende Idade mínima, aptidão física e mental para desempenho da profissão, que são preceitos básicos. Exige ainda ensino médio completo e é importante salientar que a profissão demanda de conhecimentos específicos acerca do funcionamento do corpo humano tais como **sistema respiratório, sistema circulatório, fisiologia humana** todos temas tratados preliminarmente no ensino médio e aprofundado nos cursos de formação profissional, O ingresso na profissão deve exigir ainda aptidão com corrida e natação utilitária pois tais aptidões são necessidades básicas preliminares para o aprendizado e posteriormente para o desempenho da profissão. E por fim a formação profissional através de cursos livres com no mínimo 160 horas conforme recomendações do MEC. Que entendemos que deve ser continuada pois inclusive os protocolos de atendimento a primeiros socorros são constantemente atualizados e estes profissionais necessitam desta reciclagem para o melhor desempenho de suas funções.

O **Art. 3º** define as atribuições do profissional salva-vidas que deve atuar sempre preventivamente, sinalizando o ambiente de trabalho adequadamente, transmitindo informações de segurança e prevenção pertinentes, além de quando necessário atuar executando resgates e primeiros socorros, sempre registrando toda ocorrência e disponibilizando á quando solicitado pelos órgãos públicos competentes.

O **Art. 4º** por sua vez busca atribuir ao proprietário do ambiente aquático a responsabilidade da contratação destes profissionais e trás em seus incisos previsões de legislações específicas para os diversos



UNIÃO DOS SALVA-VIDAS/GUARDA-VIDAS DE ALAGOAS
RESIDENCIAL DENISSOM AMORIM, QUADRA 13, CASA 12, CEP: 57160.000
MARECHAL DEODORO – FONE: (82)-98809-7668

tipos de ambientes aquáticos.

O Art. 5º traz a atribuição e em alguns casos a reafirmação dos direitos destes profissionais, tais como fardamento adequado devido a exposição a fatores do tempo, principalmente exposição solar. Jornada máxima de 40 horas, adicional de insalubridade, Aposentadoria especial para os casos previstos em lei e seguro de vida. A maioria destes direitos são baseados na enorme exposição a fatores como sol, ventos, chuva, maresia. Sendo estes fatores importantes na qualidade de vida destes profissionais.



UNIÃO DOS SALVA-VIDAS/GUARDA-VIDAS DE ALAGOAS
RESIDENCIAL DENISSOM AMORIM, QUADRA 13, CASA 12, CEP: 57160.000
MARECHAL DEODORO – FONE: (82)-98809-7668

O Art. 6º traz a previsão de legislação específica para tratar o piso salarial da categoria.

O Art. 7º vem deixar claro que esta legislação se aplica apenas a profissionais civis não tendo nenhum impacto ou restrição a vida de profissionais militares que porventura atuem com atividades semelhantes.

O Art. 8º define a autoridade federal competente a fiscalização desta lei. Vez que em seu art. 5º, inciso XIII, a Constituição da República assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

A competência legislativa para estabelecer normas relativas às condições para o exercício de profissões foi atribuída à União, conforme dispõe o inciso XVI do art. 22 da Carta de 1988.

Por força do art. 21, XXIV, da Constituição, também cabe à União cuidar da inspeção do trabalho, o que inclui o poder-dever de fiscalizar o exercício de profissões, em especial aquelas cujo exercício demanda o atendimento de condições fixadas por lei federal.

Por conseguinte, compete à União legislar a respeito do exercício de profissões, assim como fiscalizar o cumprimento da legislação que estabeleça condições para o exercício de atividades profissionais.

E por fim o Art. 9º define a data de publicação como data inicial de validade desta lei. Servindo assim como linha de corte.

Segue projeto substitutivo ao PLC XX-20XX

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Salva-vidas ou Guarda-vidas.

Art. 1º Salva-vidas ou Guarda-vidas é o profissional apto a realizar práticas preventivas, de resgate e salvamento relativas à ocorrência de sinistros em ambientes aquáticos de qualquer natureza divididos em três especialidades.

- I- Salva-vidas ou Guarda-vidas de águas abertas(mar);
- II- Salva-vidas ou Guarda-vidas de Piscina e brinquedos aquáticos;
- III- Salva-vidas ou Guarda-vidas de águas internas (rios, lagos, balneários, barragens e temáticos);

Art. 2º A profissão de Salva-vidas/Guarda-vidas somente pode ser exercida por pessoas que atendam aos seguintes requisitos:

- I – Ser maior de 18 (dezoito) anos de idade sem limite de idade;
- II – Gozar de plena saúde física e mental;
- III – ter ensino médio completo;
- IV – Demonstrar proficiência em corrida e natação através de processo do avaliativo prático. V – Aprovação em curso profissionalizante específico com carga mínima de 160 (cento e sessenta) horas, ministrado por iniciativa pública ou privada e sua reciclagem específica a cada 2 anos.



UNIÃO DOS SALVA-VIDAS/GUARDA-VIDAS DE ALAGOAS
RESIDENCIAL DENISSOM AMORIM, QUADRA 13, CASA 12, CEP: 57160.000
MARECHAL DEODORO – FONE: (82)-98809-7668

Parágrafo único. É garantido o exercício da profissão a todos que já a exerçam na data da entrada em vigor, desta Lei.”

Art. 3º As atribuições profissionais dos Salva-vidas/Guarda-vidas consistem em:

- I – Praticar prevenção, sinalização, resgate e primeiros socorros em ambientes aquáticos, nos casos de emergência em meio líquido;
- II – Desenvolver ações preventivas e de educação à comunidade com o fim de orientar sobre possíveis riscos de afogamentos e acidentes aquáticos;
- III – Registrar ocorrências e cedê-las aos órgãos públicos competentes quando solicitados.

Art. 4º A contratação dos serviços de salvamento aquático é de responsabilidade do administrador, proprietário ou não, do estabelecimento que possuir piscina ou qualquer parque aquático com acesso facultado ao público.

§ 1º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de ambientes aquáticos.

§ 2º Legislação específica disciplinará sobre a exigência de profissionais desta categoria nos diversos tipos de eventos recreativos e esportivos em ambientes aquáticos.

Art. 5º Aplica-se a estes profissionais os seguintes direitos:

- I – Identificação e uso de uniformes adequados a exposição a fatores do tempo no seu local de trabalho equipamentos de proteção individual (EPI), e materiais de primeiros socorros, de acordo com os riscos inerentes a atividade e sua exposição, ambos fornecidos pelo contratante, sem ônus para o contratado;
- II – Jornada máxima de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;
- III – adicional de insalubridade, exclusivamente para os Salva-vidas/Guarda-vidas que, no desempenho de suas funções, se exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;
- IV – Aposentadoria especial exclusivamente para os Salva-vidas/Guarda-vidas que, no desempenho de suas funções, se exponham a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;
- V – Seguro de vida e acidentes em favor do Salva-vidas/Guarda-vidas cuja apólice compreenderá indenizações por morte ou invalidez permanente e ressarcimento de todas as despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes ou doenças ocupacionais que este vier a sofrer no interstício de sua jornada laboral, independente da duração da eventual internação, dos



UNIÃO DOS SALVA-VIDAS/GUARDA-VIDAS DE ALAGOAS
RESIDENCIAL DENISSOM AMORIM, QUADRA 13, CASA 12, CEP: 57160.000
MARECHAL DEODORO – FONE: (82)-98809-7668

medicamentos e terapias que assim se fizeram necessários.

Parágrafo único. São aplicáveis à determinação e ao pagamento do adicional disposto no inciso III os artigos 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196 e 197 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.”

Art. 6º Legislação específica disciplinará sobre o piso salarial dos Salva-vidas/Guarda-vidas.

Art. 7º Esta lei aplica-se a todos os civis profissionais de salvamento aquático mesmo aos que já atuam como Salva-vidas/Guarda-vidas.

Art. 8º A fiscalização do cumprimento desta Lei cabe à autoridade federal competente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.